



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS – CONAPORTOS  
**COMITÊ TÉCNICO DE ESTÍMULO À CABOTAGEM**

**ATA DA 5ª REUNIÃO**

**Data:** 19/11/2019 - **Horário:** 14h30min

**Local:** Sala de Reuniões do Gabinete do Departamento de Navegação e Hidrovias, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, localizada no endereço EQSW 301/302, Lote N2 01, Ed. Montes, 1º andar. Bairro Setor Sudoeste, na cidade de Brasília/DF.

**ABERTURA**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia **dezenove** de **agosto** do ano de **dois mil e dezenove**, na Sala de Reuniões do Departamento de Navegação e Hidrovias, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, foi dado início à **5ª** Reunião do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem, constituído no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS, sob a presidência de sua **Coordenadora suplente**, a senhora **KARÊNINA MARTINS TEIXEIRA DIAN**, Diretora de Navegação e Hidrovias - Substituta, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, contando com a presença dos seguintes membros e convidados:

**Membros e representantes presentes:**

- KARÊNINA MARTINS TEIXEIRA DIAN – DNHI/SNPTA/Minfra
- MARCO ANTÔNIO VIVAS MOTTA – CASA CIVIL
- MAURO JOSÉ ROCHA DE ARAÚJO – Ministério da Defesa
- MARCELO CARVALHO DE DONATO – Antaq;

**Convidados:**

- VIVIANE VILELA MARQUES BARREIROS – ANVISA
- MARCOS PAULO BOGOSSIAN – SNPTA/MINFRA
- BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA - DNHI/SNPTA/MINFRA

**1 – Abertura da Reunião**

A Coordenadora Suplente do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem procedeu à abertura dos trabalhos saudando os membros e os convidados presentes.

Justificou a ausência do Sr. Dino Antunes Batista, que está em licença capacitação na Inglaterra. Foi disponibilizada a Ata da 4ª Reunião para a coleta das assinaturas dos membros presentes.

A Coordenadora Suplente apresentou aos membros os temas que passariam a ser tratados nesta reunião, a saber: i. Livre Prática – atualização e desdobramentos; e Procomex – atualização e desdobramentos;

## **2 – Apresentação:**

### **2.1 – Assuntos:**

#### **2.1.1. Livre Prática - atualização e desdobramentos**

A Coordenadora suplente informou aos membros presentes sobre os desdobramentos junto à Anvisa e Antaq na busca de solução provisória para cerca de 30 embarcações listadas pela Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem – ABAC como embarcações que atuam exclusivamente na cabotagem brasileira. Essas embarcações, segundo entendimentos, já poderiam estar fazendo jus ao Certificado de Livre Prática de 90 dias, mas é necessário que a informação esteja convalidada pela Antaq para que a Anvisa possa atuar nesse sentido. Informou também que existe um processo no âmbito da Antaq, que aguarda decisão da diretoria colegiada daquela Agência, para inclusão dessas cerca de 30 embarcações informadas pela ABAC como atuantes exclusivamente na cabotagem brasileira e daquelas que, eventualmente, passarem a atuar exclusivamente na cabotagem brasileira, no cadastro e *site* da Antaq com essa “chancela” de que são embarcações que atuam exclusivamente na cabotagem brasileira. Esclareceu que tais informações serão obtidas por iniciativa e declaração expressa das empresas brasileiras de navegação para a Antaq e a agência validará a informação em seu sistema e *site*. A partir da publicidade dessa informação no *site*, a ANVISA e suas agências locais nos portos poderão utilizar a informação para conceder e confirmar a validade do Certificado de Livre Prática de 90 dias para tais embarcações. A Coordenadora suplente também citou que o Diretor-Presidente da Antaq se dispôs a solucionar a questão da forma mais célere possível no âmbito daquela Agência, a partir do consenso. Informou também que outra opção foi aventada pelo Gabinete daquela Antaq para solução do problema, situação na qual a Antaq enviaria ofício caso a caso para a Anvisa, toda vez que uma embarcação passasse a ser listada como “exclusivamente atuante na cabotagem brasileira”, mas tal opção não foi bem recebida dado o risco de se tornar muito burocrático e não garantir a impessoalidade e objetividade necessária. A Coordenadora suplente pediu ajuda para o membro suplente da Antaq e a representante da Anvisa para complementarem eventuais informações sobre o andamento dessa demanda, tendo sido apenas ratificadas as declarações da Coordenadora suplente, tendo o representante da Antaq informado que informaria o grupo técnico que está com a demanda no âmbito da Antaq da necessidade de celeridade no andamento do pleito e a representante da Anvisa informado que providenciaria a elaboração de uma resposta ao Ofício da ABAC, para atualizar aquela associação sobre os desdobramentos da demanda. Em seguida a Coordenadora suplente pediu ajuda ao representante do Ministério da Defesa para que entre em contato com o representante do MD no Comitê Técnico de Integração de Sistemas e nos atualize sobre o andamento das tratativas para que a Marinha passe a alimentar o Porto sem Papel – PSP com as informações sobre a escala das embarcações. Esta solução será a mais efetiva, do ponto de vista da Coordenadora suplente, para solucionar a questão da confiabilidade da informação da escala para que a Anvisa possa utilizar no processo de concessão do certificado com prazo de 90 dias.

Na oportunidade, a representante da Anvisa aproveitou a discussão para apresentar um outro problema que a Anvisa está enfrentando na região denominada “Fazendinha”. Citou que a Anvisa enviou um Ofício para a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários para solicitar seja encontrada solução para registro das operações realizadas naquela localidade no Porto Sem Papel – PSP. Relatou que há um imenso volume de navios que saem da região da “Fazendinha” para navegação pela região amazônica e que a Anvisa tem que dar certificação a essas

embarcações, mas como a região não possui o PSP, um fiscal da Anvisa tem que ir até o local, embarcado, para certificar a embarcação. A falta do PSP inviabiliza que a Anvisa faça a fiscalização virtualmente. Relatou que, pelas informações que obteve sobre o tema, a região da “Fazendinha” não está vinculada a nenhum porto e isto que dificulta a implantação do PSP na localidade. Citou que o fiscal da Anvisa tem que ir de lancha até a embarcação para poder atuar, não sabendo precisar se a lancha é da praticagem ou da Marinha, mas dado o risco e as responsabilidades envolvidas, a Anvisa oficiou esta Secretaria que não vai mais atuar enquanto o PSP não for instalado no local. A representante da Anvisa sugeriu que, do ponto de vista técnico daquela agência seria ideal que fosse adotado para a área da “Fazendinha” o mesmo modelo adotado para Angra dos Reis, que também tem essas certificações em área de fundeio. A convidada Bruna Roncel, do DNHI, informou que é Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Macapá-AP e iria estudar a conveniência e oportunidade do assunto ser incluído para discussão no âmbito daquele conselho, na próxima reunião do colegiado agendada para o dia 12/12/2019.

**Deliberação:** Foi acordado que o DNHI entraria em contato com o Diretor-Presidente da ANTAQ para verificar a possibilidade da decisão do colegiado ser realizada “ad referendum” do plenário, dada a urgência em encontrar solução para a questão e os efeitos negativos que tem causado no setor. Também foi acordado que o representante do Ministério da Defesa buscaria informações sobre o andamento das tratativas no âmbito do Comitê Técnico de Integração de Sistemas para que a Marinha passe a alimentar o Porto sem Papel – PSP com as informações sobre a escala das embarcações.

### **2.1.2 – Procomex – atualização e desdobramentos.**

A Coordenadora Suplente informou aos membros presentes que a Procomex ainda está trabalhando para localizar parceiros interessados a colaborar com trabalhos a serem desenvolvidos pelo instituto. Informou que na data desta reunião 19/11/2019 foi feito contato com o Sr. John Mein, representante da PROCOMEX, tendo sido obtida a informação de que a CNT havia entrado em contato com o Instituto, demonstrando interesse em ser um potencial financiador dos trabalhos da cabotagem na Procomex, mas que esse potencial interesse ainda estava em análise no âmbito daquela Confederação. Foi dada ciência aos membros sobre o evento organizado pelo DNHI, com participação de mais de 50 empresas e entidades interessadas no transporte de cabotagem, ocasião na qual o Sr. John apresentou a proposta da Procomex para mapear e propor soluções aos entraves/burocracias da cabotagem e os custos desse trabalho, visando despertar o interesse de eventuais colaboradores. Destacou-se que, ainda que os trabalhos da Procomex não tenham se concretizado e que o prazo esperado para início dos trabalhos da Procomex - agosto/2019 já tenha se esgotado dada a ausência de parceiros financiadores, é importante que o CT-Cabotagem continue pautando os entraves já conhecidos e listados em estudos realizados por diversas instituições, para que cada órgão aqui representado apresente proposta de solução para cada um desses pontos. O convidado Marcos Bogossian, na oportunidade, se comprometeu a encaminhar o estudo elaborado e coordenado pela antiga Secretaria Especial de Portos – SEP, para servir como parâmetro para a proposta indicada pela Coordenadora-suplente. O membro representante do MD sugeriu que seja novamente colocado na pauta a questão da Receita Federal – Tempo de Espera em área alfandegada/Tempo de ocupação do berço por embarcação de cabotagem, para aguardar a emissão de DANFE e CTe, que havia sido pautada na reunião anterior, mas que teve sua discussão frustrada por ausência de representante da RFB na reunião.

**Deliberação:** Todos os membros concordaram em continuar trabalhando nos pontos já diagnosticados pelos estudos e trabalhos sobre a cabotagem, porém reafirmaram a importância

do trabalho da Procomex para o mapeamento dos trâmites burocráticos do transporte da cabotagem.

## **2.2 – Deliberações e Encaminhamentos**

Ao finalizar a reunião, a Coordenadora Substituta indicou que encaminharia a minuta de Ata para todos os membros e convidados, por e-mail, para sugestões e validação.

O representante do MD destacou a importância de ser divulgada com antecedência a programação das reuniões do CT-Cabotagem, para permitir melhor planejamento e compra de passagens aéreas.

## **3 – Encerramento:**

Nada mais havendo a ser tratado, a Coordenadora Substituta do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

Eu, Bruna Roncel de Oliveira, Coordenadora do Departamento de Navegação e Hidrovias – SNPTA/Minfra, lavrei a presente ata, cujo teor foi aprovado pelos participantes da reunião, seguindo assinada por mim e por todos os membros e convidados presentes.

Brasília, 19 de novembro de 2019

### **KARÊNINA MARTINS TEIXEIRA DIAN**

Diretora de Navegação e Hidrovias, Substituta  
Coordenadora Suplente do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem

**MARCELO CARVALHO DE DONATO**

Antaq

**MAURO JOSÉ ROCHA DE ARAÚJO**

Ministério da Defesa

**MARCO ANTÔNIO VIVAS MOTTA**

Casa Civil

**CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA**

Vigiagro – Mapa

**VIVIANE VILELA MARQUES BARREIROS**

(convidada)

Anvisa

**MARCOS PAULO BOGOSSIAN**

(convidado)

SNPTA

**BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA**

Coordenadora - DNHI/SNPTA/Minfra

(convidada e escrevente)